Artigo Científico

O BRASIL NO CENTRO DO TABULEIRO: GEOPOLÍTICA, MULTIPOLARIDADE E OS LIMITES DA CENTRALIDADE BRASILEIRA NO TERCEIRO GOVERNO LULA

Bruno dos Santos Nascimento[1]

[1] Universidade Federal do Piauí (UFPI) / Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), Teresina – Piauí / Brasil.

Resumo

O presente artigo analisa o reposicionamento do Brasil no tabuleiro geopolítico mundial durante o terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), tomando como fio condutor a hipótese de uma centralidade brasileira crescente nos fóruns multilaterais, tensionada por contradições estruturais e conjunturais. A partir de revisão bibliográfica e documental, discute-se o referencial teórico da geografia política e da geopolítica crítica, com destaque para as categorias de espaço, território usado e multipolaridade em Milton Santos, articuladas ao conceito de não alinhamento ativo. Em seguida, examinam-se três instrumentos que projetaram o país como interlocutor relevante — a presidência do G20 (2023-2024), a presidência do BRICS (2025) e a realização da COP30 em Belém (2025) — e, na sequência, os limites dessa centralidade, expressos na perda de protagonismo na mediação da guerra da Ucrânia, no desgaste diplomático em torno da Venezuela e no tarifaço imposto pelos Estados Unidos em 2025. Conclui-se que o Brasil ampliou sua visibilidade e sua capacidade de agenda no sistema internacional, mas que essa centralidade é relativa, dialética e condicionada por restrições sistêmicas, orçamentárias e ideológicas, não configurando uma posição de poder consolidada, mas um processo em disputa.

Palavras-chave: Geopolítica. Multipolaridade. Política Externa Brasileira. Governo Lula. Sul Global.

Brazil at the center of the chessboard: geopolitics, multipolarity, and the limits of brazilian centrality during Lula's third government

This article analyzes Brazil's repositioning on the world geopolitical board during Luiz Inácio Lula da Silva's third administration (2023-2026), guided by the hypothesis of a growing Brazilian centrality within multilateral forums, tensioned by structural and conjunctural contradictions. Drawing on bibliographic and documentary review, the study discusses the theoretical framework of political geography and critical geopolitics, highlighting Milton Santos's categories of space, used territory and multipolarity, articulated with the concept of active non-alignment. It then examines three instruments that projected the country as a relevant interlocutor — the G20 presidency (2023-2024), the BRICS presidency (2025) and the hosting of COP30 in Belém (2025) — followed by the limits of this centrality, expressed in the loss of protagonism in mediating the Ukraine war, diplomatic wear over Venezuela, and the tariffs imposed by the United States in 2025. It concludes that Brazil expanded its visibility and agenda-setting capacity within the international system, yet this centrality remains relative, dialectical and constrained by systemic, budgetary and ideological limits, not amounting to a consolidated position of power but rather a contested process.

Keywords: Geopolitics. Multipolarity. Brazilian Foreign Policy. Lula Administration. Global South.

Brasil en el centro del tablero: geopolítica, multipolaridad y los límites de la centralidad brasileña durante el tercer gobierno de Lula

El presente artículo analiza el reposicionamiento de Brasil en el escenario geopolítico mundial durante el tercer gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), tomando como eje conductor la hipótesis de una creciente centralidad brasileña en los foros multilaterales, tensionada por contradicciones estructurales y coyunturales. A partir de una revisión bibliográfica y documental, se aborda el marco teórico de la geografía política y de la geopolítica crítica, con énfasis en las categorías de espacio, territorio usado y multipolaridad en Milton Santos, articuladas con el concepto de no alineamiento activo. Posteriormente, se examinan tres instrumentos que proyectaron al país como un interlocutor relevante: la presidencia brasileña del G20 (2023-2024), la presidencia de los BRICS (2025) y la realización de la COP30 en Belém (2025). A continuación, se analizan los límites de esta centralidad, expresados en la pérdida de protagonismo en la mediación de la guerra de Ucrania, en el desgaste diplomático en torno a Venezuela y en las medidas arancelarias impuestas por Estados Unidos en 2025. Se concluye que Brasil amplió su visibilidad y su capacidad de establecer agendas en el sistema internacional, pero que dicha centralidad es relativa, dialéctica y está condicionada por restricciones sistémicas, presupuestarias e ideológicas. Por lo tanto, no constituye una posición de poder consolidada, sino un proceso en disputa.

Palabras clave: Geopolítica. Multipolaridad. Política Exterior Brasileña. Gobierno Lula. Sur Global.

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.23895376
ISSN: 2359-6252
Editor-chefe: Vinicius de Souza Moreira
Editora-adjunta: Letícia Lima Milani Rodrigues
Artigo submetido em 13 de setembro de 2026 e aceito para publicação em 23 de outubro de 2026

1 INTRODUÇÃO

A inserção internacional do Brasil adquiriu novos contornos durante o terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), em um contexto marcado pela intensificação das disputas entre grandes potências, pela emergência de novos polos de poder e pela busca de maior autonomia por parte dos países do Sul Global. Nesse cenário, a política externa brasileira retomou a defesa do multilateralismo, a participação ativa em organismos internacionais e a aproximação com diferentes espaços de articulação política e econômica, especialmente o G20, o BRICS e os fóruns relacionados à agenda climática.

Esse reposicionamento ocorre em uma ordem internacional caracterizada simultaneamente por competição estratégica, fragmentação e tendências de multipolarização. Para o Brasil, esse contexto amplia oportunidades de atuação diplomática, mas também evidencia limitações decorrentes de sua posição relativa no sistema internacional. Embora disponha de expressivos recursos territoriais, demográficos, econômicos, ambientais e diplomáticos, o país apresenta limitações em dimensões como capacidade militar, tecnológica e econômica quando comparado às principais potências mundiais.

É nesse contexto que se insere o debate sobre a centralidade brasileira. Neste artigo, o conceito de centralidade não é compreendido como sinônimo de hegemonia ou predominância material, mas como a capacidade de um Estado ocupar posições estratégicas em arenas internacionais, influenciar agendas, ampliar sua interlocução e mobilizar recursos diplomáticos, institucionais e territoriais para aumentar sua margem de atuação no sistema internacional. Essa perspectiva permite distinguir visibilidade diplomática de poder efetivo e analisar de que maneira o Brasil converte seus recursos e sua posição territorial em capacidade de atuação internacional.

A estratégia de inserção adotada pelo governo Lula também tem sido relacionada ao conceito de não alinhamento ativo, entendido como uma orientação voltada à ampliação da autonomia decisória brasileira por meio da participação em diferentes espaços multilaterais, sem adesão automática aos interesses de um único polo de poder (FERREIRA; ABDAL, 2025). Tal estratégia ganha relevância diante da tentativa brasileira de fortalecer a representação política do Sul Global e defender reformas na governança internacional, ao mesmo tempo em que busca preservar relações com diferentes centros de poder.

Diante desse cenário, o problema que orienta a pesquisa é: em que medida o terceiro governo Lula reposicionou o Brasil como ator central da governança global e quais são os limites geopolíticos, econômicos e ideológicos dessa centralidade? Parte-se da hipótese de que o governo Lula ampliou a visibilidade internacional e a capacidade de agenda do Brasil, especialmente em arenas multilaterais relacionadas à governança econômica, à agenda climática e à articulação do Sul Global. Entretanto, essa centralidade permanece relativa, contestada e reversível diante das assimetrias de poder do sistema internacional, das limitações materiais brasileiras e das contradições observadas na atuação do país diante de conflitos geopolíticos e relações bilaterais assimétricas.

O objetivo geral consiste em analisar o reposicionamento geopolítico do Brasil durante o terceiro governo Lula, identificando os mecanismos de ampliação de sua centralidade internacional e os principais limites dessa atuação. Para isso, são examinados, como instrumentos de projeção internacional, a presidência brasileira do G20 (2023-2024), a presidência do BRICS (2025) e a realização da COP30 em Belém (2025). Em contraposição, analisam-se a atuação brasileira diante da guerra na Ucrânia, a crise venezuelana e o conflito comercial com os Estados Unidos, considerados situações capazes de evidenciar os constrangimentos e as assimetrias que condicionam a atuação internacional brasileira.

A pesquisa possui abordagem qualitativa e natureza bibliográfica e documental, com recorte temporal compreendido entre janeiro de 2023 e setembro de 2026. Foram mobilizadas produções acadêmicas sobre Geografia Política, Geopolítica Crítica, política externa brasileira, multipolaridade, território, poder e Sul Global, além de documentos institucionais e fontes jornalísticas utilizadas para contextualizar acontecimentos recentes, declarações e repercussões conjunturais. A análise dos casos considera quatro dimensões: capacidade de agenda, capacidade de interlocução e mediação,

capacidade material de poder e dimensão territorial. A articulação dessas dimensões permite confrontar a ampliação da visibilidade e da atuação diplomática brasileira com os limites de sua capacidade de produzir resultados concretos no sistema internacional.

A análise é desenvolvida a partir de uma perspectiva dialética, contrapondo elementos que indicam a ampliação da centralidade brasileira àqueles que revelam seus limites. Dessa forma, busca-se evitar tanto uma interpretação triunfalista do reposicionamento do Brasil quanto uma leitura centrada exclusivamente em seus fracassos diplomáticos, compreendendo a centralidade brasileira como um processo relacional, condicionado pelas possibilidades de ação do Estado e pelas estruturas de poder que caracterizam a ordem internacional contemporânea.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em quatro partes principais. Inicialmente, apresenta-se a metodologia da pesquisa e os procedimentos utilizados na seleção e análise dos casos. Em seguida, desenvolve-se o referencial teórico-conceitual, com ênfase nas categorias de espaço, território usado, multipolaridade e não alinhamento ativo. Na terceira parte, são analisados os instrumentos de projeção internacional do Brasil a partir das experiências do G20, do BRICS e da COP30. Posteriormente, discutem-se os limites e as contradições dessa centralidade por meio dos casos da guerra na Ucrânia, da crise venezuelana e das relações comerciais com os Estados Unidos. Ao final, os resultados são retomados de forma comparativa, buscando-se compreender em que medida o Brasil ampliou sua capacidade de agenda e interlocução internacional e quais fatores ainda limitam a conversão dessa centralidade em poder político efetivo.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, orientada pela perspectiva da Geografia Política e da Geopolítica Crítica. O recorte temporal compreende o período de janeiro de 2023 a setembro de 2026, abrangendo o terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva e os principais acontecimentos relacionados ao reposicionamento internacional do Brasil nesse intervalo. A opção pela abordagem qualitativa decorre da necessidade de interpretar relações de poder, estratégias diplomáticas, disputas geopolíticas e formas de inserção internacional que não podem ser compreendidas exclusivamente por meio de indicadores quantitativos.

Do ponto de vista bibliográfico, foram selecionadas produções acadêmicas relacionadas às categorias centrais mobilizadas no estudo, especialmente Geografia Política, Geopolítica Crítica, território, poder, multipolaridade, política externa brasileira, Sul Global e não alinhamento ativo. O levantamento bibliográfico teve como finalidade fornecer as bases conceituais para interpretar a posição brasileira no sistema internacional e estabelecer relações entre as categorias de espaço, território usado, poder e centralidade geopolítica.

A pesquisa documental concentrou-se em materiais produzidos por instituições públicas, organismos internacionais, centros de pesquisa e veículos de comunicação, utilizados para reconstruir acontecimentos, posicionamentos diplomáticos e repercussões relacionadas aos casos selecionados. Foram considerados, entre outros, documentos e informações institucionais referentes ao G20, ao BRICS e à COP30, bem como materiais relacionados à guerra na Ucrânia, à crise venezuelana e às relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos. As fontes jornalísticas foram utilizadas principalmente para contextualização conjuntural, acompanhamento cronológico dos acontecimentos e identificação das diferentes interpretações produzidas sobre as ações brasileiras.

A seleção dos casos obedeceu a um critério analítico, e não apenas cronológico. Foram escolhidos seis casos agrupados em dois conjuntos. O primeiro reúne experiências nas quais o Brasil buscou ampliar sua capacidade de agenda e projeção internacional: a presidência do G20 (2023-2024), a presidência brasileira do BRICS (2025) e a realização da COP30 em Belém (2025). O segundo reúne situações nas quais essa centralidade foi submetida a maiores constrangimentos: a atuação brasileira diante da guerra na Ucrânia, a crise venezuelana e o conflito comercial com os Estados Unidos em torno das tarifas impostas em 2025.

Essa divisão permite estabelecer uma relação entre instrumentos de projeção e situações de constrangimento, evitando que a análise da política externa brasileira seja reduzida aos êxitos

diplomáticos ou, inversamente, aos seus fracassos. Assim, os três primeiros casos são examinados como situações nas quais o Brasil dispôs de condições mais favoráveis para exercer capacidade de agenda e interlocução, enquanto os três últimos permitem observar os limites dessa atuação diante de conflitos de maior intensidade geopolítica, assimetrias de poder e disputas bilaterais.

Para operacionalizar o conceito de centralidade brasileira, foram estabelecidas quatro dimensões analíticas comuns aos seis casos: capacidade de agenda, capacidade de interlocução e mediação, capacidade material de poder e dimensão territorial. A primeira considera a capacidade de inserir e conduzir pautas internacionais; a segunda, a possibilidade de estabelecer diálogos e mediar posições divergentes; a terceira, os recursos econômicos, tecnológicos, militares e institucionais disponíveis para produzir influência; e a quarta, o território, seus recursos e sua posição geopolítica como elementos de projeção e condicionamento da ação externa. A aplicação dessas dimensões aos seis casos permitiu comparar as formas de atuação brasileira, considerando as agendas formuladas, os atores alcançados pela interlocução, os recursos que sustentaram ou limitaram a atuação diplomática e a influência da dimensão territorial. Desse modo, buscou-se distinguir visibilidade diplomática, capacidade de interlocução e influência efetiva.

A análise foi desenvolvida em três etapas: levantamento e sistematização da literatura e dos documentos selecionados; exame individual dos seis casos a partir das quatro dimensões analíticas; e comparação dos resultados entre situações de maior projeção e aquelas marcadas por maiores constrangimentos. A perspectiva dialética orientou esse procedimento, contrapondo os avanços na capacidade de agenda e interlocução aos limites impostos pelas assimetrias de poder e pelos conflitos de maior intensidade geopolítica.

Assim, a metodologia articula referencial teórico, análise documental e comparação sistemática dos casos, permitindo avaliar em que situações o Brasil converteu sua posição internacional em capacidade de influência e em quais encontrou limites estruturais. A centralidade brasileira é, portanto, compreendida como uma posição relacional, condicionada pelas possibilidades de ação do Estado e pelas estruturas de poder do sistema internacional.

3 GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA: FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

3.1 Espaço, território usado e multipolaridade em Milton Santos

A geografia política contemporânea encontra em Milton Santos um dos seus principais referenciais para pensar a inserção diferencial dos países no sistema-mundo. Para o autor, o espaço geográfico deve ser compreendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, produzido conforme as demandas dos agentes hegemônicos da globalização (SANTOS, 1996). Nessa perspectiva, o território não é um dado natural, mas um território usado, isto é, uma construção histórica e política permanentemente disputada por diferentes escalas de poder — do local ao global.

Santos (2000) propõe ainda a noção de uma outra globalização, na qual denuncia o que chama de globalitarismo: a subordinação de territórios e populações periféricas às regras do mercado e da informação hegemônica, gerando competições assemelhadas a guerras. Essa leitura crítica é relevante para compreender a posição brasileira no sistema internacional contemporâneo, pois permite situar o país não como espectador passivo da ordem global, mas como território que busca, de forma ativa e contraditória, ampliar sua margem de manobra diante das potências centrais.

A multipolaridade, categoria central deste artigo, refere-se à configuração do sistema internacional em que o poder deixa de estar concentrado em um único polo hegemônico — como no momento unipolar posterior à Guerra Fria — e passa a se distribuir entre múltiplos centros de decisão, incluindo potências emergentes do chamado Sul Global. Nesse quadro, o Brasil, sétima ou oitava maior economia do mundo, mas com influência militar e tecnológica limitada, busca converter seu peso demográfico, territorial, agrícola e diplomático em capital geopolítico, sobretudo por meio do multilateralismo.

3.2 Não alinhamento ativo e a inserção pelo Sul Global

A literatura de relações internacionais recente sobre o terceiro governo Lula recorre ao conceito de não alinhamento ativo para descrever a estratégia de inserção internacional adotada a partir de 2023. Segundo Ferreira e Abdal (2025), essa estratégia busca combinar autonomia decisória com participação intensa em arranjos multilaterais, evitando alinhamentos automáticos tanto ao eixo ocidental quanto ao eixo sino-russo, ao mesmo tempo em que reivindica protagonismo na representação política do Sul Global.

Lima e Ives (2024) situam essa aspiração como parte de um projeto mais amplo, explícito desde a campanha eleitoral de 2022: o de envolver o Brasil na construção de um sistema internacional multipolar, no qual instituições multilaterais e processos de integração regional tenham força suficiente para conter tanto os Estados Unidos quanto a China, reduzindo assimetrias entre Norte e Sul global sem romper com os marcos do capitalismo internacional. Trata-se, portanto, de um projeto reformista e não revolucionário, o que ajuda a explicar tanto seus êxitos pontuais quanto seus limites estruturais, discutidos nas seções seguintes.

Ribeiro (2024) chama atenção, contudo, para um dado importante: a impossibilidade de repetir, no terceiro mandato, a expansão da política externa observada nos governos Lula dos anos 2000, em razão de restrições sistêmicas e orçamentárias que limitam objetivamente a capacidade de liderança do país. Essa ponderação é essencial para evitar leituras triunfalistas do reposicionamento brasileiro e situa o debate no terreno da centralidade relativa, e não da hegemonia regional ou global.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: O BRASIL COMO ATOR CENTRAL E OS INSTRUMENTOS DA REINSERÇÃO GEOPOLÍTICA

4.1 A presidência do G20 (2023-2024): agenda social e reforma da governança global

O primeiro grande instrumento de projeção geopolítica do terceiro governo Lula foi a presidência do G20, exercida entre dezembro de 2023 e novembro de 2024, com a Cúpula de Líderes realizada no Rio de Janeiro. Em um contexto internacional marcado pelas guerras na Ucrânia e em Gaza, o governo brasileiro conseguiu construir uma declaração final de consenso entre todas as partes, resultado avaliado como um ganho diplomático relevante, que teria reafirmado o país como ator central na governança global e ampliado sua capacidade de interlocução tanto com potências tradicionais quanto emergentes (CEBRI-REVISTA, 2025).

Entre as iniciativas emblemáticas da presidência brasileira destaca-se a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que obteve adesão de 82 países, 26 organizações internacionais, nove instituições financeiras e 31 instituições filantrópicas e não governamentais, incluindo a totalidade dos membros do G20 (PODER360, 2025). A pauta ambiental também ganhou centralidade, com o compromisso de desmatamento zero na Amazônia até 2030 e a aprovação do primeiro documento multilateral sobre bioeconomia no âmbito do grupo. Do ponto de vista institucional, a presidência brasileira ainda buscou avançar a reforma de organismos como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, além de reivindicar a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas para ampliar a representação do Sul Global (CEBRI-REVISTA, 2025).

A presidência do G20 ilustra bem a estratégia de conversão de capital diplomático em agenda: o Brasil não dispõe de poder militar ou financeiro comparável ao das grandes potências, mas exerceu, naquele momento, um papel de mediador de consensos e de formulador de pautas sociais e ambientais, o que a literatura tem descrito como uma forma de liderança normativa ou soft power aplicado à governança econômica global.

4.2 BRICS 2025: liderança em bloco heterogêneo e o dilema do não alinhamento

O segundo instrumento relevante foi a presidência brasileira do BRICS em 2025, exercida em um contexto de expansão do bloco e de crescente heterogeneidade entre seus membros, que passaram a incluir, além dos fundadores, países como Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Irã e Arábia Saudita. Ferreira e Abdal (2025) analisam esse momento como um teste decisivo para o conceito de não alinhamento ativo: o Brasil buscou, simultaneamente, ampliar a autonomia do bloco frente às

pressões das potências ocidentais e evitar que o BRICS se transformasse em instrumento de contraposição direta aos Estados Unidos, especialmente diante do temor de retaliações comerciais.

Os autores destacam que essa posição intermediária gera desafios de articulação interna entre os países-membros — cujos interesses geopolíticos nem sempre convergem, como no caso das relações entre Índia e China — e pressões externas da conjuntura internacional, especialmente a hostilidade retórica do governo dos Estados Unidos em relação a iniciativas de desdolarização associadas ao grupo. Ainda assim, a presidência brasileira do BRICS em 2025 é apontada como evidência de reposicionamento diplomático do país, na medida em que reforçou a legitimidade do Brasil como representante das demandas do Sul Global por reforma da arquitetura financeira internacional (FERREIRA; ABDAL, 2025).

4.3 COP30 em Belém: a Amazônia como capital diplomático

O terceiro instrumento de centralidade geopolítica foi a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), sediada em Belém do Pará entre 10 e 21 de novembro de 2025 — a primeira vez que a conferência ocorreu na Amazônia, reunindo representantes de 195 países. O evento resultou na aprovação, por consenso, do chamado Pacote de Belém, composto por 29 decisões sobre temas como transição justa, financiamento da adaptação climática, comércio, gênero e tecnologia (AGÊNCIA GOV, 2025).

Entre os resultados mais relevantes está o compromisso de triplicar o financiamento climático internacional até 2035, voltado a países pobres e à adaptação a eventos climáticos extremos, além da elevação do teto do Fundo de Adaptação. O Brasil lançou ainda, por ocasião da conferência, o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, mecanismo de financiamento misto destinado a recompensar economicamente a conservação de florestas tropicais (AGÊNCIA GOV, 2025). Cento e vinte e duas partes apresentaram novas contribuições nacionalmente determinadas de redução de emissões, o que foi celebrado como vitória do multilateralismo climático em um cenário de recuo de outras potências relevantes na pauta ambiental, sobretudo diante da ausência dos Estados Unidos na conferência.

Por outro lado, a COP30 não avançou na elaboração de um roteiro global de eliminação de combustíveis fósseis, ponto mais sensível da negociação e que evidenciou os limites do consenso multilateral mesmo sob liderança brasileira. Ainda assim, do ponto de vista geopolítico, sediar a conferência na própria Amazônia converteu o território amazônico em capital diplomático, reforçando a narrativa do Brasil como potência ambiental incontornável nas negociações climáticas globais — uma dimensão de poder territorial que dialoga diretamente com a categoria de território usado formulada por Milton Santos (1996), na medida em que a floresta deixa de ser apenas recurso a preservar para se tornar, também, instrumento de projeção internacional.

4.4 Principais Achados

A análise dos três instrumentos de projeção internacional examinados — G20, BRICS e COP30 — permite identificar três resultados principais acerca da centralidade brasileira durante o terceiro governo Lula. O primeiro refere-se à ampliação da capacidade de agenda do Brasil, evidenciada pela formulação e condução de pautas relacionadas ao combate à fome, à governança econômica, à reforma das instituições multilaterais e à agenda climática. O segundo diz respeito à ampliação da capacidade de interlocução, uma vez que a atuação brasileira possibilitou estabelecer canais de diálogo simultaneamente com potências tradicionais e países do Sul Global. O terceiro resultado, entretanto, evidencia que essa capacidade de agenda e interlocução não se converte automaticamente em poder efetivo.

Os casos analisados demonstram, portanto, uma diferença entre centralidade diplomática e capacidade material de influência. No G20, no BRICS e na COP30, o Brasil encontrou condições relativamente favoráveis para exercer liderança normativa, articular consensos e mobilizar sua posição territorial e diplomática. Em contrapartida, nos casos da Ucrânia, da Venezuela e das relações

com os Estados Unidos, as assimetrias de poder e a maior intensidade dos conflitos reduziram a capacidade brasileira de transformar interlocução em resultados efetivos.

A dimensão territorial também se mostrou relevante para compreender essa diferenciação. A posição geográfica, a extensão territorial, os recursos ambientais e a condição de potência agrícola conferem ao Brasil recursos estratégicos que podem ser convertidos em capital diplomático, como observado na COP30. Entretanto, esses recursos não eliminam as limitações econômicas, tecnológicas e militares que condicionam sua atuação diante de grandes potências ou conflitos de elevada intensidade geopolítica.

Os resultados indicam, assim, que o não alinhamento ativo amplia a margem de manobra brasileira, mas não elimina as estruturas assimétricas do sistema internacional. A centralidade brasileira manifesta-se de forma mais consistente na capacidade de formular agendas, estabelecer interlocução e mobilizar recursos diplomáticos e territoriais do que na capacidade de impor resultados. Trata-se, portanto, de uma centralidade seletiva: efetiva em determinadas arenas multilaterais, mas significativamente limitada em situações caracterizadas por conflitos intensos e relações bilaterais assimétricas.

5 OS LIMITES DA CENTRALIDADE: TENSÕES, CONTRADIÇÕES E CUSTOS DIPLOMÁTICOS

Se os instrumentos discutidos na seção anterior sustentam a tese de uma centralidade brasileira crescente, uma análise geopoliticamente equilibrada exige examinar também os episódios em que essa centralidade foi contestada, desgastada ou explicitamente negada por outros atores do sistema internacional. Três casos são particularmente ilustrativos: a guerra na Ucrânia, a crise venezuelana e o conflito comercial com os Estados Unidos.

5.1 Guerra na Ucrânia: da equidistância à perda de protagonismo

Desde 2022, o governo Lula adotou, em relação à guerra na Ucrânia, uma postura de equidistância: condenou formalmente a invasão russa, votando contra a Rússia em resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, mas recusou-se a aderir a sanções econômicas ou a fornecer qualquer tipo de apoio militar a Kiev, ao mesmo tempo em que buscou se apresentar como mediador de uma solução negociada (OPENDEMOCRACY BRASIL, 2023). A literatura especializada caracteriza essa orientação como uma tentativa de preservar margem de autonomia diante da polarização internacional, combinando a condenação da violação da integridade territorial ucraniana com a recusa em aderir às estratégias de isolamento e sanções promovidas pelos países ocidentais (BUARQUE; RIBEIRO, 2023; DAWOOD; COSTA, 2024). Essa posição, sustentada em nome da defesa do multilateralismo e das demandas do Sul Global, gerou o que parte da literatura chamou de equidistância inviável, já que a tentativa de equilibrar a crítica a intervenções ocidentais pregressas com a recusa em responsabilizar integralmente a Rússia pela invasão mostrou-se contraditória do ponto de vista normativo (OPENDEMOCRACY BRASIL, 2023). Ao mesmo tempo, a posição brasileira não pode ser reduzida a uma simples neutralidade, uma vez que o governo Lula manteve esforços diplomáticos para ampliar os espaços de negociação e buscou estabelecer interlocução simultaneamente com Rússia, Ucrânia, Estados Unidos, países europeus e outros atores do Sul Global (BUARQUE; RIBEIRO, 2023).

Essa contradição teve custos políticos concretos: em entrevista concedida em 2025, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky afirmou publicamente que Lula já não era mais considerado um ator relevante nas negociações de paz com a Rússia, encerrando, na prática, as pretensões brasileiras de mediação do conflito (GAZETA DO POVO, 2025). A tentativa brasileira de exercer protagonismo diplomático, contudo, enfrentou dificuldades que ultrapassavam o campo discursivo. Estudos sobre a atuação do Brasil como mediador apontam que, em conflitos de elevada importância estratégica para as grandes potências, a capacidade de mediação brasileira tende a encontrar limites relacionados à ausência de instrumentos materiais capazes de produzir incentivos ou pressões suficientes sobre os atores diretamente envolvidos (BUARQUE; RIBEIRO, 2023). Da mesma forma, a análise da guerra da Ucrânia a partir de uma perspectiva realista destaca que as

mudanças na distribuição de poder e os cálculos estratégicos dos principais atores condicionam fortemente as possibilidades de atuação de potências intermediárias, restringindo sua capacidade de produzir resultados independentemente de sua capacidade diplomática (DAWOOD; COSTA, 2024).

Nesse contexto, analistas consultados por veículos de imprensa atribuíram esse resultado à combinação entre a ausência de poder militar e econômico do Brasil sobre as partes beligerantes e a percepção, por parte de aliados ocidentais, de que o discurso brasileiro estabelecia uma falsa equivalência entre agressor e agredido (BRASIL DE FATO, 2023). A literatura sobre a experiência brasileira de mediação internacional também permite compreender que prestígio diplomático e capacidade de influência não são necessariamente equivalentes: o Brasil pode obter reconhecimento por sua disposição para negociar e por sua posição intermediária, mas isso não significa que disponha de instrumentos suficientes para conduzir as partes a um acordo em conflitos de alta intensidade (BUARQUE; RIBEIRO, 2023). O episódio evidencia, portanto, um limite estrutural da centralidade brasileira: capital diplomático e retórica multilateralista podem ampliar a interlocução internacional, mas não substituem, em conflitos de alta intensidade, os recursos materiais, econômicos, militares e estratégicos que sustentam a capacidade de influência efetiva.

5.2 Venezuela: o dilema do alinhamento com regimes autoritários

A crise política venezuelana representou um dos principais pontos de tensão para a política externa do terceiro governo Lula, evidenciando de maneira particularmente clara os limites da centralidade brasileira no espaço latino-americano. A postura adotada pelo Brasil combinou a defesa dos princípios de não intervenção, autodeterminação dos povos e soberania estatal com a tentativa de preservar canais de diálogo com o governo de Nicolás Maduro. Entretanto, essa posição produziu tensões com diferentes atores regionais e internacionais, sobretudo diante das controvérsias relacionadas à situação política venezuelana, às denúncias de violações de direitos humanos e às disputas em torno da legitimidade dos processos eleitorais no país (USP, 2023; PEDROSO; GOMBATA, 2025). A literatura especializada destaca que a trajetória política venezuelana nas últimas décadas esteve marcada pela transformação das instituições políticas, pela concentração de recursos e poder no Executivo e pelas tensões entre governo e oposição, elementos que ajudam a compreender a complexidade do posicionamento brasileiro diante de Caracas (CORRALES; PENFOLD, 2015).

A questão venezuelana deve ser compreendida também a partir de sua dimensão territorial. Para Raffestin (1993), o território constitui uma produção espacial atravessada por relações de poder, nas quais diferentes atores disputam controle, recursos, representação e capacidade de intervenção. Nessa perspectiva, a Venezuela não constitui apenas um problema diplomático para o Brasil, mas um espaço estratégico no qual se articulam interesses nacionais, disputas regionais e interferências de potências externas. A proximidade geográfica, as fronteiras compartilhadas, os fluxos populacionais, os recursos energéticos e a posição venezuelana no Caribe conferem à crise uma dimensão espacial que ultrapassa os limites de sua política doméstica. Essa dimensão é particularmente relevante quando se considera o papel histórico do petróleo na formação da economia política venezuelana e na definição de suas relações externas, uma vez que os recursos energéticos constituem elemento central da inserção internacional do país (TINKER SALAS, 2015).

A partir dessa perspectiva, a tentativa brasileira de atuar como interlocutor entre o governo venezuelano e setores da oposição pode ser interpretada como uma estratégia de projeção de poder por meios diplomáticos. Diferentemente de uma política baseada na coerção ou na capacidade militar, o Brasil procurou mobilizar recursos políticos, institucionais e territoriais derivados de sua posição regional. A centralidade, nesse caso, não significa capacidade de determinar unilateralmente os resultados da crise, mas de criar espaços de negociação, interlocução e mediação. É justamente nessa diferença que se evidencia a natureza relativa do protagonismo brasileiro. Nesse sentido, Pedroso e Gombata (2025) identificam a Venezuela como um desafio diplomático particularmente significativo para o terceiro governo Lula, considerando as dificuldades de conciliar a retomada de uma política externa de maior perfil com os custos políticos associados à relação com o governo Maduro.

O problema reside no fato de que a capacidade de interlocução não corresponde necessariamente à capacidade de produzir resultados. A Venezuela tornou-se um caso

particularmente sensível porque a defesa brasileira da soberania e da não intervenção entrou em tensão com pressões externas por posicionamentos mais contundentes diante das controvérsias políticas venezuelanas. Ao mesmo tempo, governos latino-americanos de diferentes orientações ideológicas adotaram posições distintas em relação a Caracas, dificultando a construção de um consenso regional em torno da estratégia brasileira (USP, 2023; PEDROSO; GOMBATA, 2025). A própria trajetória política venezuelana demonstra que as disputas em torno da legitimidade institucional, da representação política e da concentração de poder constituem dimensões estruturais da crise, não podendo ser reduzidas exclusivamente à disputa entre governo e oposição (CORRALES; PENFOLD, 2015).

A dimensão geopolítica dessa controvérsia torna-se ainda mais evidente quando se considera a atuação dos Estados Unidos e a disputa por áreas de influência na América Latina. A crise venezuelana passou a integrar uma estrutura mais ampla de competição geopolítica na qual se sobrepõem interesses relacionados à energia, segurança, soberania, comércio e influência política. O peso dos recursos petrolíferos venezuelanos contribui para ampliar essa dimensão internacional, uma vez que a trajetória política e econômica do país permanece estreitamente relacionada à exploração e à distribuição de sua riqueza energética (TINKER SALAS, 2015). Nesse cenário, a defesa brasileira de uma solução negociada e da não intervenção procura preservar uma margem de autonomia estratégica, mas também expõe o país às críticas daqueles que interpretam essa postura como excessivamente tolerante em relação ao governo venezuelano (GAZETA DO POVO, 2026a).

A posição brasileira, portanto, apresenta uma contradição fundamental. Por um lado, a defesa da soberania venezuelana reforça a tradição diplomática brasileira de valorização do princípio da não intervenção e contribui para diferenciar o país de estratégias externas baseadas na coerção. Por outro, a ausência de uma condenação inequívoca de determinadas práticas atribuídas ao governo Maduro pode produzir custos de legitimidade, tanto entre governos estrangeiros quanto no debate político interno. A centralidade brasileira, nesse sentido, encontra-se condicionada pela necessidade de equilibrar autonomia diplomática, princípios normativos e interesses estratégicos.

O próprio posicionamento do Itamaraty procurou afastar a interpretação de que a aproximação com Venezuela, Nicarágua e Rússia representaria um alinhamento automático com governos considerados autoritários. Segundo a argumentação diplomática apresentada, essas relações fariam parte de uma estratégia mais ampla de reposicionamento brasileiro e de fortalecimento da capacidade de interlocução do país com o Sul Global (GAZETA DO POVO, 2026b). Essa perspectiva aproxima-se da noção de autonomia pela diversificação, na medida em que o Brasil procura ampliar seus espaços de manobra por meio da manutenção de relações simultâneas com atores pertencentes a diferentes polos do sistema internacional.

Entretanto, a experiência venezuelana demonstra que a diversificação das relações externas possui limites concretos. Quanto maior a fragmentação do sistema internacional, maior tende a ser a pressão para que os Estados assumam posições mais claramente identificáveis. O Brasil procura evitar a adesão automática a qualquer bloco, mas essa estratégia pode ser interpretada de maneiras distintas pelos diferentes atores. Para os defensores de uma maior aproximação com as democracias ocidentais, a postura brasileira pode parecer excessivamente conciliatória em relação a Caracas; para setores do Sul Global, por outro lado, a defesa da soberania venezuelana representa justamente uma manifestação de autonomia diante das pressões das grandes potências.

Essa ambiguidade é fundamental para compreender a natureza da centralidade brasileira no governo Lula. O Brasil possui recursos suficientes para ocupar espaços de interlocução que seriam inacessíveis à maioria dos países latino-americanos, mas não dispõe de capacidade material e política suficiente para impor uma solução às partes envolvidas. Sua centralidade é, portanto, relacional: depende da disposição dos demais atores em reconhecer o Brasil como interlocutor legítimo e da capacidade brasileira de transformar sua posição geográfica, econômica e diplomática em resultados concretos.

A dimensão territorial reforça essa interpretação. Como destaca Raffestin (1993), as relações de poder produzem territórios e são simultaneamente condicionadas por eles. A posição fronteiriça da Venezuela em relação ao Brasil transforma a crise política daquele país em uma questão que

envolve diretamente o território brasileiro, particularmente em temas como migração, segurança fronteiriça, circulação de pessoas e relações econômicas. Assim, a crise venezuelana não pode ser compreendida exclusivamente como uma questão de política externa: ela possui repercussões territoriais concretas sobre o espaço brasileiro e sobre a escala regional.

Do ponto de vista da opinião pública interna, a relação com a Venezuela também se tornou uma variável politicamente sensível para a imagem do governo Lula. As interpretações divergentes sobre a postura brasileira demonstram que a política externa não ocorre em um espaço isolado da sociedade, mas é atravessada por disputas políticas e ideológicas domésticas. A defesa de uma política externa ativa e autônoma, portanto, enfrenta o desafio adicional de construir legitimidade interna para decisões tomadas em um ambiente internacional marcado pela polarização (BLOG DA BOITEMPO, 2026).

Nesse sentido, o caso venezuelano apresenta uma situação distinta daquela observada em agendas como a mudança climática, o combate à fome ou a governança econômica internacional. Nesses temas, o Brasil encontra maior espaço para exercer liderança discursiva e institucional porque existe maior possibilidade de convergência entre seus interesses nacionais e demandas coletivas do Sul Global. Na Venezuela, entretanto, a sobreposição entre soberania, democracia, direitos humanos, segurança regional e competição entre grandes potências torna o ambiente diplomático muito mais conflitivo.

A crise venezuelana revela, portanto, a diferença entre ocupar uma posição central e possuir capacidade efetiva de resolução. O Brasil conseguiu manter canais de interlocução, defender uma perspectiva de negociação e inserir-se no debate regional, mas encontrou dificuldades para converter essa presença diplomática em uma solução capaz de satisfazer os diferentes atores envolvidos. Sua centralidade mostrou-se real enquanto capacidade de interlocução, porém limitada enquanto capacidade de mediação efetiva.

O episódio também evidencia que a centralidade brasileira não é consensual. Ela é permanentemente disputada e reinterpretada pelos diferentes atores que compõem o sistema regional e internacional. A mesma política pode ser apresentada como autonomia estratégica por seus defensores e como ambiguidade diplomática por seus críticos. Essa disputa de interpretações constitui, ela própria, uma dimensão geopolítica, pois envolve a capacidade de produzir narrativas sobre o lugar ocupado pelo Brasil na ordem internacional.

Dessa forma, a Venezuela constitui um importante contraponto aos êxitos diplomáticos observados no G20, no BRICS e na agenda climática. Enquanto nesses espaços o Brasil conseguiu ampliar sua capacidade de agenda e projeção internacional, a crise venezuelana expôs os limites dessa centralidade diante de conflitos de elevada intensidade política e forte assimetria de poder. O caso demonstra que a posição intermediária do Brasil lhe permite dialogar com diferentes polos, mas não garante capacidade para solucionar conflitos nos quais estão envolvidos interesses estratégicos de grandes potências.

A experiência venezuelana reforça, assim, a hipótese central deste artigo: o Brasil ampliou sua centralidade durante o terceiro governo Lula, mas essa centralidade permanece parcial, contestada e reversível. A capacidade brasileira de atuar como interlocutor regional constitui um recurso geopolítico relevante, mas sua eficácia depende das condições territoriais, das relações de poder e da disposição dos demais atores em reconhecer e aceitar essa interlocução. A Venezuela demonstra, em última instância, que o protagonismo brasileiro encontra seu limite justamente quando a diplomacia de autonomia se confronta com estruturas de poder profundamente assimétricas.

5.3 O tarifaço estadunidense: soberania, retaliação e o Plano Brasil Soberano

O terceiro e mais direto desafio à centralidade brasileira veio da relação com os Estados Unidos. Em julho de 2025, o presidente Donald Trump anunciou uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros exportados ao mercado norte-americano, medida explicitamente vinculada ao processo judicial contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e classificada pelo governo brasileiro como chantagem inaceitável (PÚBLICO, 2025). O caso chamou atenção de especialistas internacionais por representar

um uso incomum de tarifas comerciais como instrumento de pressão política sobre a condução de processos judiciais internos de outro país (NPR, 2025).

Em resposta, o governo brasileiro reafirmou publicamente sua soberania e lançou sucessivas edições do Plano Brasil Soberano, programa de crédito e apoio a setores produtivos afetados pelas tarifas, cuja terceira fase, anunciada em 2026, destinou R$ 18,5 bilhões em crédito diante de novas instabilidades geopolíticas e comerciais (VERMELHO, 2026). Apesar do desgaste inicial, análises subsequentes registraram avanços em negociações bilaterais ao longo de 2025 e 2026, incluindo encontros entre Lula e Trump à margem de cúpulas internacionais, nos quais ambos os mandatários sinalizaram disposição para um acordo comercial, ainda que sobretaxas específicas permanecessem em vigor mais de um ano após sua imposição (BLOOMBERG/FORTUNE, 2025; AGÊNCIA LUPA, 2026).

Esse episódio é particularmente relevante para a análise geopolítica porque explicita a assimetria de poder que subjaz à retórica de centralidade brasileira: o mesmo governo que buscava protagonismo na reforma da governança global viu-se compelido a reagir defensivamente a uma medida unilateral de seu principal parceiro comercial individual, evidenciando que a multipolaridade discursiva convive com relações bilaterais ainda marcadas por fortes assimetrias estruturais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TESE, ANTÍTESE E SÍNTESE DE UMA POTÊNCIA MÉDIA

Lima (2023) propõe que a política externa do governo Lula 3.0 seja compreendida por meio da perspectiva dialética — tese, antítese e síntese —, argumentando que ela não representa mera continuidade em relação ao passado, mas uma resposta direta à antítese bolsonarista, reconstruída a partir do legado progressista e dos novos desafios internacionais e domésticos. Essa chave de leitura mostrou-se produtiva para a síntese proposta neste artigo.

A tese, sustentada pelos dados analisados na quarta seção, é a de que o Brasil ampliou de forma consistente sua centralidade nos principais fóruns de governança global entre 2023 e 2026: exerceu a presidência do G20 com resultados concretos na agenda social e ambiental, liderou a presidência do BRICS em um contexto de expansão e heterogeneidade do bloco, e sediou a COP30 na Amazônia, convertendo território em capital diplomático. A antítese, discutida na quinta seção, evidencia que essa centralidade não é consensual nem estável: a equidistância na guerra da Ucrânia resultou em perda efetiva de protagonismo na mediação do conflito; a aproximação com regimes autoritários latino-americanos gerou custos de legitimidade interna e externa; e o tarifaço estadunidense expôs a assimetria de poder que ainda condiciona a relação bilateral mais importante do país.

A síntese possível, à luz da geografia política, é a de que o Brasil consolidou-se, no terceiro governo Lula, como uma potência média com capacidade real de agenda-setting em regimes multilaterais de baixa conflitividade distributiva direta — clima, combate à fome, reforma de governança econômica —, mas com capacidade limitada de conversão desse capital simbólico em poder de mediação efetiva em conflitos de alta intensidade geopolítica ou em barganhas bilaterais assimétricas com potências centrais. Trata-se, portanto, de uma centralidade real, porém parcial e reversível: o Brasil ocupa hoje um lugar mais visível no tabuleiro mundial do que ocupava em 2022, mas esse lugar segue sendo objeto de disputa permanente, tanto no plano internacional quanto no plano da política doméstica brasileira, que segue condicionando os limites e as possibilidades de sua inserção externa.

Do ponto de vista da Ciência Política, a principal contribuição desta pesquisa consiste em demonstrar que a centralidade internacional de uma potência média não pode ser avaliada exclusivamente pela quantidade de iniciativas diplomáticas, pela presença em fóruns multilaterais ou pela visibilidade internacional de seus governantes. É necessário observar a capacidade de transformar posições institucionais, recursos diplomáticos e instrumentos territoriais em influência efetiva sobre agendas, negociações e resultados. Nesse sentido, a análise do Brasil durante o terceiro governo Lula permite estabelecer uma distinção entre posição internacional, capacidade de agenda, capacidade de interlocução e poder efetivo, categorias que nem sempre apresentam correspondência direta.

Essa distinção contribui para os estudos de política externa e de relações internacionais ao evidenciar que a autonomia de um Estado não deve ser compreendida apenas como ausência de alinhamento, mas também como capacidade concreta de ampliar suas alternativas de ação diante de diferentes centros de poder. O caso brasileiro demonstra que o não alinhamento ativo pode ampliar a margem de manobra diplomática e a capacidade de interlocução, mas permanece condicionado pelos recursos materiais disponíveis, pelas assimetrias do sistema internacional e pela disposição dos demais atores em reconhecer a legitimidade da atuação brasileira.

A pesquisa também contribui para a Ciência Política ao evidenciar a dimensão política interna da política externa. A centralidade internacional não é produzida exclusivamente nas relações entre Estados, mas também é atravessada por disputas domésticas de legitimidade, interpretações ideológicas e diferentes concepções sobre o lugar do Brasil no mundo. Os casos da Venezuela, da Ucrânia e das relações com os Estados Unidos demonstram que decisões de política externa podem produzir custos e disputas no plano doméstico, condicionando as possibilidades de continuidade de determinadas estratégias internacionais.

Assim, a contribuição interdisciplinar do estudo reside na articulação entre território, poder, instituições e decisão política. Enquanto a Geografia Política permite compreender como território, posição espacial e recursos materiais condicionam a atuação brasileira, a Ciência Política contribui para interpretar os processos decisórios, as estratégias de política externa, as relações de poder e as disputas de legitimidade que determinam a capacidade de conversão desses recursos em influência internacional.

Como agenda de pesquisa futura, sugere-se o acompanhamento longitudinal dos desdobramentos da relação comercial Brasil-Estados Unidos, dos resultados de médio prazo do Pacote de Belém aprovado na COP30 e da capacidade do BRICS ampliado de sustentar coesão política interna diante de pressões externas. Esses processos poderão indicar se a centralidade brasileira identificada no período analisado se consolidará como estratégia de médio e longo prazo ou permanecerá condicionada às circunstâncias conjunturais da política internacional e doméstica. Para além dessas questões, o estudo demonstra que compreender o lugar do Brasil no sistema internacional exige superar tanto interpretações que associam centralidade à hegemonia quanto aquelas que reduzem a política externa à mera visibilidade diplomática. A experiência do terceiro governo Lula revela uma potência média capaz de produzir agendas, articular coalizões e mobilizar recursos territoriais e diplomáticos, mas ainda limitada para converter esses instrumentos em poder efetivo diante de estruturas internacionais profundamente assimétricas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. *COP 30* **aprova o Pacote Belém. Confira as decisões e resultados da conferência**. Belém: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 23 nov. 2025. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202511/cop30-aprova-o-pacote-belem-confira-as-decisoes-e-resultados-da-conferencia. Acesso em: 11 set. 2026.

AGÊNCIA LUPA. **Trump não anunciou em agosto o fim das tarifas sobre produtos brasileiros.** 8 set. 2026. Disponível em: https://agencialupa.org/verificacao/2026/09/08/trump-nao-anunciou-em-agosto-o-fim-das-tarifas-sobre-produtos-brasileiros. Acesso em: 11 set. 2026.

BLOG DA BOITEMPO. **Opinião pública e política externa: a Venezuela em Lula III**. 20 abr. 2026. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2026/04/20/opiniao-publica-e-politica-externa-a-venezuela-em-lula-iii/. Acesso em: 11 set. 2026.

BRASIL DE FATO. Ao criticar os EUA, Lula afasta Brasil da posição de neutralidade na guerra da Ucrânia? **Brasil de Fato**, 22 abr. 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/04/22/ao-criticar-os-eua-lula-afasta-brasil-da-posicao-de-neutralidade-na-guerra-da-ucrania/. Acesso em: 11 set. 2026.

BUARQUE, Daniel Ribeiro; RIBEIRO, Miguel Mikelli. Status and Brazil's role as a peace mediator: lessons of the foreign perceptions of the failed Tehran deal. **Revista Brasileira de Política Internacional,** Brasília, v. 66, n. 1, e014, 2023. DOI: 10.1590/0034-7329202300114.

CEBRI-REVISTA. G20 Brasil 2024: legado e continuidade. **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://cebri.org/revista/br/artigo/193/g20-brasil-2024-legado-e-continuidade. Acesso em: 11 set. 2026.

CORRALES, Javier; PENFOLD, Michael. *Dragon in the tropics: Venezuela and the legacy of Hugo Chavez*. 2. ed. Washington, DC: **Brookings Institution Press**, 2015.

DAWOOD, Layla Ibrahim Abdallah; COSTA, Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz. The Realist debate in the context of the War in Ukraine: balancing dynamics, international change and strategic calculus. **Revista Brasileira de Política Internacional,** Brasília, v. 67, n. 1, e005, 2024. DOI: 10.1590/0034-7329202400105.

FERREIRA, Douglas Meira; ABDAL, Alexandre. Entre o Sul Global e o multilateralismo: o Brasil e o não alinhamento ativo na presidência do BRICS em 2025. **Revista Tempo do Mundo,** Brasília, IPEA, 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/download/714/504/2789. Acesso em: 11 set. 2026.

FORTUNE. Lula stares down Trump and scores tariff victory for Brazil. ***Fortune***, 22 nov. 2025. Disponível em: https://dc.fortune.com/2025/11/22/lula-trump-tariffs-brazil-coffee. Acesso em: 11 set. 2026.

GAZETA DO POVO. Lula é excluído do diálogo sobre a Ucrânia; abandono da neutralidade e ideologia explicam fracasso. **Gazeta do Povo**, 2025. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lula-excluido-dialogo-ucrania-abandono-neutralidade-ideologia-explicam/. Acesso em: 11 set. 2026.

GAZETA DO POVO. Novos embates de Lula na política externa expõem erros e tensionam relação com aliados. **Gazeta do Povo**, 2026b. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/republica/politica-externa-de-lula-coleciona-crises-e-expoe-erros-estrategicos/. Acesso em: 11 set. 2026.

GAZETA DO POVO. Posicionamento pró-Maduro de Lula expõe risco de isolamento e reforça alinhamento com ditaduras. **Gazeta do Povo**, 2026a. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/republica/crise-venezuela-isolamento-brasil-soberania-alinhamento-geopolitico/. Acesso em: 11 set. 2026.

LIMA, Maria Regina Soares de. A dialética da política externa de Lula 3.0. **CEBRI-Revista,** Rio de Janeiro, ano 2, 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de; IVES, Diogo. Desafios políticos na implementação da política externa do governo Lula 3. **CEBRI-Revista**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, p. 103-122, jan./mar. 2024. Disponível em: https://cebri.org/revista/br/artigo/137/desafios-politicos-na-implementacao-da-politica-externa-do-governo-lula-3. Acesso em: 11 set. 2026.

NPR. Brazil's Lula warns of 50% tariffs on U.S. goods after Trump trade threat. ***NPR***, 10 jul. 2025. Disponível em: https://www.npr.org/2025/07/10/nx-s1-5463508/brazil-lula-trump-tariffs. Acesso em: 11 set. 2026.

OPENDEMOCRACY BRASIL. A equidistância inviável. ***democraciaAbierta***, 2023. Disponível em: https://www.opendemocracy.net/pt/equidistancia-inviavel-lula-multipolaridade-sul-global-ucrania/. Acesso em: 11 set. 2026.

PEDROSO, Carolina Silva; GOMBATA, Marsílea. A Venezuela como desafio diplomático para o Brasil de Lula 3. **Oikos,** v. 23, n. 2, 2025.

PODER360. Lula foi menos ao exterior por saúde, mas teve vitórias com G20 e Mercosul-UE. **Poder360,** 2025. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-internacional/lula-vai-menos-ao-exterior-e-tem-vitorias-com-g20-e-ue-mercosul/. Acesso em: 11 set. 2026.

PÚBLICO. Trump impõe tarifa de 50% sobre produtos do Brasil. Lula fala em resposta à altura. **Público,** 10 jul. 2025. Disponível em: https://www.publico.pt/2025/07/10/publico-brasil/noticia/trump-impoe-tarifa-50-produtos-brasil-lula-fala-reposta-altura-2139684. Acesso em: 11 set. 2026.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Pedro Feliú. A política externa da presidência Lula da Silva: balanços e destinos. **Seminário de Ciências Sociais**, Londrina, 2024. DOI: 10.5433/1679-0383.2024v45n1p109.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton**. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SPEKTOR, Matias et al. Lula 3.0: foreign policy reconstruction and Brazil's return to the world. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2025.

TINKER SALAS, Miguel. *Venezuela: What everyone needs to know*. New York: **Oxford University Press,** 2015. DOI: 10.1093/wentk/9780199783298.001.0001.

USP. A política externa do governo Lula. **Jornal da USP**, 2023. Disponível em: https://jornal.usp.br/articulistas/jose-eduardo-campos-faria/a-politica-externa-do-governo-lula/. Acesso em: 11 set. 2026.

VERMELHO. Governo Lula lança Brasil Soberano 3 contra novo tarifaço de Trump. **Vermelho,** 22 jul. 2026. Disponível em: https://vermelho.org.br/2026/07/22/governo-lula-lanca-brasil-soberano-3-contra-tarifaco-de-trump/. Acesso em: 11 set. 2026.

Sobre o autor

Bruno dos Santos Nascimento
bruno7.bn77.bn@gmail.com

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2026). Licenciado em Geografia pela UFPI (2023), em Pedagogia e em Sociologia pelo Centro Universitário Cidade Verde (UNICV, 2024). Bacharelando em Ciências da Computação pela UNIBF. Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia, Geografia Regional Brasileira, Geografia Física e das Populações e Gestão Escolar: Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção, pela FACUMINAS; em Inteligência Artificial, pela UNICV (2024); e em Alfabetização e Letramento, pela UNICV (2025). Professor do Centro de Educação de Tempo Integral João Ferry (CETI João Ferry) e da Unidade Escolar Benedita Machado. Integrante do Grupo de Pesquisa Geopolítica, Capitalismo e Natureza, vinculado à UFPI e cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Desenvolve pesquisas nas áreas de Geografia Política, Geopolítica, Relações Internacionais, questão palestina, conflitos territoriais, capitalismo e natureza, ensino de Geografia, formação de professores e aplicações da inteligência artificial na educação.